

# L · E · T · U · R · A · S

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SUPLEMENTO CULTURAL

Ano I nº 06 Brasília, 08 de junho de 1963

## Lei Orgânica do Distrito Federal

CÂMARA LEGISLATIVA

*A lei  
do povo*

## Lei Orgânica do Distrito Federal

## Lei Orgânica do Distrito Federal

*Autonomia nasce  
com JK*

de cansaço e começa aí a distensão política lenta e gradual (receita do piauiense Petrônio Portela-Golbery-Geisel). Estamos em 1975. Ninguém de Brasília discute a representação política de Brasília. Mas os parlamentares do MDB, a maioria de Goiás, para chocalhar os militares viviam apresentando emenda prevendo eleições para o Distrito Federal. "Não despertava maiores interesses" diz o historiador "era apenas para ratificar o programa oposicionista do partido.

Mas a coisa muda de figura quando um grupo de empresários independentes começa a se reunir na Associação Comercial de Brasília. Eram eles: Osório Adriano, Maurício Corrêa, Benedito Domingos, José Maria Coelho, o falecido José Silva Neto, então presidente do grupo Codipe, Nuri Andraus, atual secretário de Agricultura, o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção-DF, Assu Guimarães e até general ia; o general Hugo Bethen, sob a coordenação (mais corajosa que intelectual de Lindberg Aziz Cury, o grupo gestou a idéia de representação política para Brasília em 1976, sempre sob a desculpa de discutir outros temas em seminários ou reuniões. Políticos também marcavam presença no auditório da Associação Comercial.



Para JK, o fundador, Brasília tinha como destino a independência política

"Esta foi a primeira vertente do movimento que conquistou o direito de Brasília votar", afirma o historiador. A outra mais oposicionista ao regime militar era o Centro Brasil Democrático — Cebrade, que discutia as grandes questões nacionais no Ins-

tituto dos Arquitetos do Brasil. Era um projeto que reunia uma elite jovem de esquerda. Nela estavam Paulo Tim (atual secretário de Meio Ambiente), o professor da UnB e hoje deputado distrital Carlos Alberto (PPS), os jornalistas David Emerick, Hélio

Doyle e Fernando Tolentino. Mais tarde, em meados de 1979, com a possibilidade de estruturação de novos partidos políticos, novos canais se abriram, tornando mais público o anseio de representação política no DF. Ao grupo do Cebrade se juntaram

novas lideranças como Maerle Ferreira Lima, o ex-senador Pompeu de Souza, Euripedes Camargo, Pedro Celso, Chico Vigilante, Sigmaringa Seixas, Augusto Carvalho e José Edmar Cordeiro, todos, menos Maerle Lima hoje, com mandato parlamentar.

Do ponto de vista do historiador a terceira vertente surgiu quando a conquista da representação política de Brasília estava quase consolidada e após dois dias de recesso no movimento, justamente quando muitas lideranças abandonam a idéia para retornar ao seios das respectivas categorias e trabalharem os sindicatos. A terceira vertente foi o **movimento comunitário** que serviu basicamente para popularizar ainda mais a idéia de representação política do Distrito Federal. Nesse interim, contudo, diversos outros Projetos e Emendas à Constituição prevendo eleições para Brasília foram votadas, mas só uma, a do Senador Catete Pinheiro (governista) diz o historiador "sinalizou a chance real de Brasília conquistar este direito". Ele cita ainda uma outra muito importante a do deputado maranhense Epitácio Cafeteira porque no dia da sua votação, o povo sensibilizado pelo grupo da Associação Comercial lotou a galeria do Congresso. O direito político de Brasília estava consolidado. O emendão de 1985 só fez confirmar isso.

## A mistificação da História

A história de Brasília precisa ser recontada. Os reacionários que o digam. É lugar comum proclamar que JK, o fundador, não desejava a representação política para o Distrito Federal. Pura **estória**. Dispensável mistificação. Juscelino, como comprovam as pesquisas do historiador Luís Humberto Del Isola, sancionou a lei que concedia a Brasília o direito de eleger os seus representantes políticos. Foi em 1960. Depois, claro, inventaram a tal da "Redentora" e, como era de praxe, desinventaram **eles, sempre eles** — a cidadania do brasiliense. Inventaram de desinventar e criaram a invencionice. Caçando a pessoa, cassando o cidadão. Tudo no melhor estilo das contingências, melhor dizendo, das continências de 1964. **Direita já!** Brasília, coitada, virou oásis no deserto "**De-**

**Nelson Pantoja**

Editor / DF Letras

**mocrático**" do País.

Para azar deles, o quepe caiu por terra! A história, para infelicidade e desencanto daqueles que pretenderam escrevê-la, tem o sortilégio de traçar o seu próprio destino sob o axioma de que o destino é o caminho da própria história. Estória daqui, invencionice dali, a verdade é que sob a luz da história eles mentiram: JK quis sempre uma Brasília cidadã. Jamais uma filha órfã de suas próprias esperanças. Jamais um deserto tendo por oásis a falta da democracia.

Na pretenciosidade singela de suas páginas, o "**DF Letras**" dirime todas as dúvidas no exato momento histórico em que a Lei Orgânica do DF é promulgada. No relance

mágico e instantâneo deste momento, em que aquela pessoa outrora caçada deixa de ser cassada para ser cidadã. Com todos os direitos, em definitivo, de um povo civilizado. É a nossa contribuição. Para que ninguém jamais, a partir deste 08 de junho de 1993, ouse em suas idiocrasias dilapidar a história através de estórias mal-contadas. Que pare de inventar e admita, em sã consciência, que respeitar os direitos dos outros é o dever inalienável de todos.

A luta pela autonomia política do DF não foi fácil. Os coronéis de então, os indefectíveis cães de guarda do obscurantismo, à menção de uma mobilização popular em defesa da representação política ignoravam o poeta e impediam, como guardas de plantão, que a praça fosse do povo. A praça, o mesmo ban-

co, aquelas flores, eram deles. O povo que ficasse na sarjeta de seus direitos. Mendingando democracia. Isto aconteceu no dia 23 de abril de 1981. Brizola, Lula, Ulysses e até Maluf, estavam lá. Foram cercados impiedosamente pela polícia. A democracia, definitivamente, não podia ter voz. Mesmo porque o povo tinha que ser mudo obrigatoriamente surdo. Tudo está em nossas páginas que, como diz o jornalista Ivan Carvalho, coordenador de Editoração da Câmara, já fazem parte da história. E não há **estória**, por mais bem inventada que seja, que impeça o futuro.

Ivan, o coordenador



Luís Humberto Del'Isola cita que em todo o movimento pela representação política três fatos merecem destaque: os 1º e 2º seminários da Associação Comercial de Brasília e o comício-seminário ou seminário-comício ocorrido em frente ao prédio da associação, no Setor Comercial, encerrado pela tropa de choque da PM sem grandes pandarias, isso em 1981. Eles consolidaram o processo que garantiu a representação política para Brasília. Esta é a história do primeiro tomo da obra de Luís Humberto Del'Isola que conta a história do movimento político para Brasília votar. No segundo tomo ele vai contar como se garantiu o direito de eleger o primeiro governador do Distrito Federal e todas as nuances do processo: Maurício, Roriz e a inelegibilidade, por exemplo. No terceiro livro que ainda é só idéia é a vez da Câmara Legislativa. Del'Isola trabalha há dois anos no projeto, e gravou 180 horas de entrevistas com cerca de 35 personagens.